

**Contrato**

**RESUMO DO CONTRATO Nº 000075/2024**  
**CÓDIGO IDENTIFICAÇÃO CIDADES Nº**  
**2024.072E0700001.01.0012**

**FUNDAMENTAÇÃO:** Lei Federal nº 14.133/21, de 01/04/2021 e suas alterações posteriores, nos termos do Procedimento de Pregão Eletrônico nº 000044/2024.

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE-ES

**CONTRATADO:** ALESSANDRA NUNES LORDS

**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE ITENS ESPORTIVOS PARA ATENDER A SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER. PARTICIPACAO EXCLUSIVA ME, EPP E EQUIPARADAS. EMENDA ESTADUAL 1185 - CONVÊNIO 45/2022.

**VALOR TOTAL:** R\$ 9.836,00 (nove mil oitocentos e trinta e seis reais)

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES RELACIONADAS AO ESPORTE E LAZER - 33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO - 15000000000 - 255

**VIGÊNCIA:** 22 de novembro de 2024 à 31 de dezembro de 2024

**DATA DE ASSINATURA:** 22 de novembro de 2024

**JOÃO PAULO SCHETTINO MINETI**

Prefeito Municipal

**Protocolo 1438653**

**Viana**

**Decreto**

**DECRETO Nº 264/2024**

**DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CAISAN DE VIANA, AMPARADA PELA LEI MUNICIPAL Nº 3.366 DE 08 DE JANEIRO DE 2024.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VIANA**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 60, inciso IV da Lei Orgânica do Município;

**CONSIDERANDO** os princípios e diretrizes do Sistema e da Política de Segurança Alimentar e Nutricional;

**CONSIDERANDO** a legislação do Estado do Espírito Santo e do Município de Viana referente ao Sistema e a Política de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN;

**DECRETA:****CAPÍTULO I**  
**DA NATUREZA E COMPETÊNCIA****Seção I**  
**Da Natureza**

**Art. 1º** Fica regulamentada a Lei Municipal Nº 3.366, de 08 de janeiro de 2024, a qual institui a Câmara Municipal Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN de Viana, no âmbito do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, com a finalidade de promover a articulação e a integração dos órgãos da administração pública municipal afetos à área de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN e do Direito Humano à Alimentação Adequada - DHAA.

**Art. 2º** A Câmara Municipal Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN é órgão colegiado, deliberativo, de caráter permanente, de articulação e integração intersetorial dos órgãos e das entidades da administração pública municipal relacionados às áreas de soberania e segurança alimentar e nutricional, sistemas alimentares e combate à fome, e sua estrutura administrativa ficará vinculada ao Gabinete do Prefeito - GP.

**Parágrafo único.** O município de Viana promoverá a articulação das ações relativas à política de cuidados e família e de inclusão socioeconômica por meio da Câmara Municipal Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN, nas ações correlacionadas às diretrizes da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - PMSAN.

**Seção II**  
**Da Competência**

**Art. 3º** A CAISAN de Viana, além das competências constantes no inciso III, Art. 9º da Lei Municipal Nº 3.366/2024, terá as seguintes competências:

I - coordenar a execução da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, mediante:

- a) a interlocução permanente com o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Viana - COMSEAVI e com os órgãos executores das ações e dos programas de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN;
- b) ao acompanhamento das propostas do Plano Plurianual - PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual - LOA, nas matérias relacionadas às suas competências; e
- c) a interlocução permanente com câmaras e setores congêneres nos âmbitos federal, estaduais e municipais.

II - monitorar e avaliar a destinação e a aplicação de recursos em ações e programas de interesse da segurança alimentar e nutricional no Plano Plurianual - PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e nas Leis Orçamentárias Anuais - LOA;

III - monitorar e avaliar os resultados e impacto da implementação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - PLAMSAN;

IV - estimular e articular a intersectorialidade das ações na atuação integrada dos órgãos governamentais de todas as esferas e das entidades da sociedade civil comprometidas com o Direito Humano à Alimentação

Adequada e Saudável - DHAA;  
 V - apresentar relatórios e informações ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Viana - COMSEAVI, observadas suas recomendações, necessárias ao acompanhamento e monitoramento do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - PLAMSAN;  
 VI - definir, em colaboração ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Viana - COMSEAVI, critérios e procedimentos alusivos à participação nos colegiados ligados ao Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN; e  
 VII - elaborar e aprovar seu regimento interno, de acordo com as diretrizes de governança estabelecidas neste Decreto.

## **CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO**

### **Seção I Da Composição**

**Art. 4º** Os titulares das seguintes Secretarias ou Órgãos Governamentais farão parte da Câmara Municipal Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN:

- I - Secretaria Municipal Responsável pela Administração e Gestão de Pessoas;
- II - Secretaria Municipal Responsável pela Agricultura;
- III - Secretaria Municipal Responsável pela Assistência Social;
- IV - Secretaria Municipal Responsável pela Cultura e Turismo;
- V - Secretaria Municipal Responsável pelo Meio Ambiente;
- VI - Secretaria Municipal Responsável pela Educação;
- VII - Secretaria Municipal Responsável pelo Esporte, Lazer e Juventude;
- VIII - Secretaria Municipal Responsável pela Saúde.

**Parágrafo único.** Os titulares da composição supracitada irão compor o Pleno da CAISAN, e deverão indicar suplentes, que os substituirão em suas ausências e impedimentos.

### **Seção II Dos Órgãos Da Caisan**

**Art. 5º** A Câmara Municipal Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN será composta pela seguinte estrutura de governança:

- I - pleno;
- II - presidência;
- III - secretaria executiva; e
- IV - comitês técnicos.

**§ 1º** O Presidente da CAISAN, será o titular Secretaria Municipal de Assistência Social com atribuições de articulação e integração.

**§ 2º** A Secretaria Executiva da CAISAN será exercida pelo órgão governamental que a preside, sendo seu Secretário-Executivo indicado pelo titular da pasta, e designado por ato do Chefe do Executivo municipal.

**§ 3º** Os Comitês Técnicos serão instituídos temporariamente com o objetivo de apoiar a execução das atividades da CAISAN, quando necessário, por portaria do Presidente, após deliberação do Pleno.

## **Seção III Das Reuniões**

**Art. 6º** A CAISAN se reunirá, em caráter ordinário, semestralmente e, em caráter extraordinário, mediante convocação de seu Presidente.

**§ 1º** O quórum de reunião da Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional é de maioria absoluta e o quórum de aprovação é de maioria simples.

**§ 2º** O quórum para aprovação do Regimento Interno, bem como eventuais alterações de seu texto é de maioria absoluta.

**§ 3º** Na hipótese de empate, além do voto ordinário, o Presidente da Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN terá o voto de qualidade.

**§ 4º** A Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN poderá convidar especialistas e representantes de outros órgãos e entidades, públicos e privados, para participar de suas reuniões, sem direito a voto.

**Art. 7º** A participação na Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

**Art. 8º** A Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação deste Decreto, para promover seu ato constitutivo, em reunião registrada em ata, na qual deverá ser iniciada a elaboração do Regimento Interno do colegiado, a ser aprovado, por maioria absoluta pelo Pleno, em reunião extraordinária convocada pelo Presidente, em até 30 (trinta) dias após a realização da reunião de constituição.

## **CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

### **Seção I Do Compromisso de Elaboração do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - Plamsan**

**Parágrafo único.** O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - PLAMSAN será quadrienal, podendo ser revisado em razão de propostas emanadas do Pleno ou dos Comitês Técnicos da CAISAN ou do COMSEAVI, bem como por advento de novéis legislações atinentes ao tema nos âmbitos federal, estadual e municipal.

### **Seção II Das Disposições Transitórias**

**Art. 10** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Viana/ES, 25 de novembro de 2024

**WANDERSON BORGHARDT BUENO**  
 Prefeito Municipal de Viana

**Protocolo 1439259**